



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Relatório de Audiência

**Dia:** 11 de Novembro de 2010

**Hora:** 15h30

**N.º 63/XI (2.ª)**

**ENTIDADE:** FESAP – Frente Sindical da Administração Pública.

**ASSUNTO:** Situação dos Trabalhadores da Administração Pública e questões relacionadas com a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011.

**Recebidos pelos Senhores Deputados Maria José Gamboa (PS), que presidiu à reunião, Margarida Almeida (PSD), Maria das Mercês Borges (PSD), Artur Rêgo (CDS-PP), Mariana Aiveca (BE) e Jorge Machado (PCP).**

Os requerentes da audiência, representados por António Pernica, Lurdes Dinis, Lucinda Dâmaso, Manuel José Frade, José Abraão, Ricardo Freitas e Nobre dos Santos, começaram por fazer referência às reduções salariais previstas no Orçamento do Estado para 2011 e expuseram as dificuldades sentidas pelos trabalhadores da Administração Pública, na sequência da perda de poder de compra real que se vinha verificando anualmente, na última década, e da falta de motivação decorrente do progressivo aumento do volume de trabalho, sem quaisquer compensações.

Em seguida, criticaram o modo como era feita gestão dos serviços da Administração Pública, assim como a tendência que havia, por parte dos dirigentes, em não cumprir a legislação existentes no que respeitava, por exemplo, à avaliação de desempenho e em procurar gastar as verbas atribuídas aos serviços com o objectivo único de apresentar uma execução orçamental de 100%, de modo a não verem as verbas do ano seguinte reduzidas. Por último, fizeram referência ao aumento de competências e responsabilidades que vinham sendo atribuídas à administração local, sem a correspondente transferência de verbas, o que dificultava a actuação daquela.

Usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados:

A Senhora Deputada Margarida Almeida (PSD) que se pronunciou sobre as questões da mobilidade na Administração Pública e a falta de motivação dos trabalhadores.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) que falou sobre a avaliação de desempenho na Administração Pública e as reduções salariais previstas na proposta de lei do Orçamento do Estado para 2011.

O Senhor Deputado Artur Rego (CDS-PP) que deu realce às questões relacionadas com a falta de motivação dos trabalhadores da Administração Pública e o facto de não verem o seu trabalho recompensado, com a avaliação de desempenho, com a modalidade de nomeação das chefias e com as situações de precariedade de vínculo laboral que vinham a aumentar na Administração Pública Central.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) que se pronunciou sobre as normas da proposta de lei do Orçamento do Estado para 2011 relativas às reduções salariais, à não contagem de tempo de serviço para efeitos de progressão e ao congelamento de concursos de admissão e progressão na carreira, e, simultaneamente, a previsão de aumento de verbas para a contratação a termo. Falou ainda sobre os mapas de pessoal e o conceito de “competências” previsto na referida Proposta de Lei, no âmbito da avaliação de desempenho.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) disse que lamentava as medidas previstas na proposta de lei do Orçamento do Estado para 2011, apesar de considerar que eram indispensáveis na conjuntura económica que se vivia. E, em seguida, colocou à FESAP questões sobre a valorização remuneratória e os índices remuneratórios, o princípio da confiança na contratação colectiva, a alteração do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o novo conceito de “competências” previsto na Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011, no âmbito da avaliação de desempenho e o futuro do SIADAP.

Intervenção dos requerentes da audiência:

Os representantes da FESAP usaram da palavra para responder aos Senhores Deputados, tendo-se pronunciado sobre os seguintes pontos:

- Justiça fiscal;
- Falta de confiança dos trabalhadores da Administração Pública relativamente a quem gere os serviços e a Administração Pública;



- Modo de nomeação dos cargos dirigentes;
- Avaliação de desempenho;
- Mobilidade;
- Transferência de competências e responsabilidades para as autarquias locais;
- Contratação colectiva;
- Reduções salariais previstas na Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011.

A presente audiência foi gravada, encontrando-se disponível para consulta o seu registo audio.

Palácio de São Bento, em 20 de Dezembro de 2010.

A DÉPUTADA RELATORA,

(Maria José Gamboa)